



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

“Aquisição de um veículo novo, tipo furgão e a transformação deste em Ambulância tipo A”

O MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS, em conformidade com a Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **9h do dia 10 de janeiro de 2019**, na Prefeitura Municipal, situada à Rua Ângelo Santinelli, nº 315, Município de Rio dos Índios/RS, o pregoeiro e a Equipe de Apoio designados reunir-se-ão com a finalidade de receber propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto deste Edital.

I – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de um veículo novo, tipo furgão e a transformação deste em ambulância tipo A ao Município de Rio dos Índios, de acordo com o Termo de Referência (Anexo I) do presente edital.

II – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA disponibilizará o veículo em prazo não superior a 30 dias; após a disponibilização do veículo, a empresa responsável por sua transformação em ambulância deverá concluir e entregar ao Município de Rio dos Índios em prazo não superior a 60 dias. Em ambos os itens poderá haver prorrogação por igual período, desde que devidamente justificado, havendo concordância entre as partes interessadas.

III – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado em 04 parcelas, sendo entrada de 50% do valor, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da entrega do produto e o restante, em parcelas iguais, em 30, 60 e 90 dias após o primeiro pagamento, mediante apresentação da nota fiscal contendo a descrição do produto fornecido.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

3.2 – Para a efetivação do pagamento, a nota fiscal deverá conter a assinatura do Secretário Municipal responsável pelo recebimento do veículo.

3.3 – O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta indicada de titularidade da CONTRATADA, ficando as tarifas bancárias, se houver, por conta do fornecedor.

IV – DO EDITAL:

4.1 – No ato do conhecimento do Edital de Licitação, deverá o interessado verificar o seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre omissões.

4.2 – São partes integrantes deste Edital: Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação), Anexo III (declaração de emprego de menores de idade), Anexo IV (modelo de proposta), Anexo V (declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação), Anexo VI (credenciamento), Anexo VII (declaração de não existência de servidor público no quadro societário), Anexo VIII (Minuta do contrato).

4.3 – A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

4.4 – Para impressão do edital, a empresa interessada deverá recolher uma taxa de R\$ 20,00 (Vinte Reais) junto à Tesouraria do Município de Rio dos Índios.

V – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:

5.1 – Poderão participar deste Pregão somente as empresas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências deste Edital.

5.2 – Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto neste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA.

PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA)



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

AO MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

VI – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

6.1 – A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, conforme descrito no item 6.4, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

6.2 – A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade, que deverá ser apresentada ao pregoeiro para reprodução via copiadora e a respectiva conferência.

6.3 – A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 6.1 e os documentos descritos nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 7.3 deverão ser apresentadas fora do envelope da proposta.

6.4 – O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

- a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura, e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- a.5) registro comercial, se empresa individual.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, §1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 01: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 02: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

Observação 03: Os documentos de credenciamento devem sempre ser acompanhados de comprovante de inscrição e a respectiva situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF.

6.5 – Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

6.7 – Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante para o mesmo processo licitatório.

A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora do envelope da proposta: contrato social, declaração de firma individual ou requerimento de empresário (originais ou autenticados); cartão do CNPJ; procuração ou termo de credenciamento do anexo IV; documento de identidade do representante; declaração do preenchimento dos requisitos de habilitação, constante no anexo V (item 7.3.b).



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

6.8 – Deverão ser apresentados, como condição para a empresa participar da presente licitação, os seguintes documentos:

- a) Comprovantes de capacitação técnica da empresa que fará a transformação do veículo, a serem emitidos pelo DENATRAN e CREA;
- b) Declaração do fornecedor do veículo atestando que o veículo não perderá a garantia com a implantação da transformação;
- c) Documento fornecido por no mínimo duas pessoas jurídicas de direito público, atestando que as licitantes já realizaram satisfatoriamente a alienação e/ou a transformação descritas no objeto do presente edital.

VII – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

7.1 – No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os documentos relacionados ao credenciamento e os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

7.2 – Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

7.3 – O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

- a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
- b) apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo V);

VIII – PROPOSTA DE PREÇO:

8.1 – A proposta deverá ser apresentada conforme Anexo IV (Proposta Financeira), em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa dos serviços e dos demais dados técnicos.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

c) preço, em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

d) prazo de que a proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, §3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520/2002.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver.

8.2 – Não serão admitidas as propostas que superarem o valor estabelecido como valor de referência, constante no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

8.3 – A proposta será julgada pelo menor preço por item, apurado após a etapa dos lances.

8.4 – Como condição para que a proposta seja aceita, a empresa interessada em cotar o item 01 deve apresentar declaração de que a assistência técnica será feita pela mesma empresa, em concessionária de veículos localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com distância máxima de 100 (cem) quilômetros da sede do município de Rio dos Índios.

IX – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 – Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

9.2 – Não havendo mais de 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, todas as licitantes poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

9.3 – No curso da sessão, as autoras das propostas, que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidadas individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

proposta classificada com o maior valor, até a proclamação da vencedora.

9.4 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será sorteada a próxima licitante para prosseguir com a oferta dos lances.

9.5 – A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 9.3 e 9.4.

9.5.1. Dada à palavra a licitante, esta disporá de 20s (vinte segundos) para apresentar nova proposta ou manifestar desinteresse em apresentar novo lance.

9.6 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

9.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (Cem Reais).

9.7 – Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital.

9.8 – O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances no item, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

9.9 – Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.10 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

9.12 – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

compatível com o preço de mercado.

9.13 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 8 deste Edital;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.14 – Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

9.15 – Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

9.16 – A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto, serem esclarecidas previamente junto a Secretaria de Administração do Município.

9.17 – Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9.18 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, ou convocá-la a fazê-lo, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

X – DA HABILITAÇÃO:

10.1 – Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02 os seguintes documentos:



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.1.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 10.1.1, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto neste edital.

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Certidão de Regularidade Fiscal do Estado da sede/matriz;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal do Município de domicílio ou Sede do Licitante;
- d) Regularidade quanto a Tributos Federais, às Contribuições Previdenciárias e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- g) Declaração de Inexistência de fatos impeditivos à habilitação nos termos do Anexo II;
- h) Declaração que a Licitante não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme Anexo III;
- i) Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

10.2 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

10.2.1 – Para as empresas cadastradas no Município, a documentação dos itens 10.1.1 e 10.1.2 poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro do Município de Rio dos Índios, esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

10.2.2 – O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

ATENÇÃO: Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório devem ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor da Prefeitura de Rio dos Índios, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, ficando aqueles obtidos por meio da Internet dispensados de autenticação e sujeitos a sua verificação.

XI – DA ADJUDICAÇÃO:

11.1 – Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

11.2 – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará, às licitantes, a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

11.3 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

XII – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1 – DA IMPUGNAÇÃO:

12.1.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa também impugnar o ato convocatório do Pregão, por escrito, protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Secretaria da Administração do Município de Rio dos Índios, no endereço constante no preâmbulo deste Edital, no horário normal de expediente, ou por meio eletrônico via internet, no endereço administracao@riodosindios.rs.gov.br,

12.1.1.1 – Não serão consideradas as impugnações interpostas fora dos prazos legais.

12.1.2 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área demandante do objeto (se for o caso), decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data/hora do recebimento do mesmo.

12.1.3 – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.2 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

12.2.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser entregues ao Setor de licitações do Município de Rio dos Índios até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, pelos mesmos meios previstos no subitem 12.1.1 deste Edital.

12.3 – DOS RECURSOS:

12.3.1 – Tendo, a licitante, manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

12.3.2 – Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.3.3 – A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos;

12.3.4 – As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, entregues na Prefeitura Municipal de Rio dos Índios.

12.3.5 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.3.6 – Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

12.3.7 – O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

XIII – DAS PENALIDADES:

13.1 – Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão, seja na de licitante vencedor, as empresas, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do objeto;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para entrega): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do objeto;
- d) entregar os materiais com irregularidades, passíveis de correção, e/ou substituição durante o prazo de cinco dias e sem prejuízo ao Município: advertência por escrito;
- e) atraso na entrega injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução: multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do objeto por dia de atraso;
- f) inexecução total, em caso de falta de substituição de materiais com irregularidades já advertidas dentro do prazo e ou atraso na entrega injustificado superior a 05 (cinco) dias: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto;
- i) causar prejuízo material ao Município resultante diretamente de execução imprópria do objeto: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto.

13.2 – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 – Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade e/ou inadimplência no fornecimento.

XIV – DO RECURSO FINANCEIRO:

14. As despesas correrão a conta de recursos provenientes do Orçamento Geral da União e do Município de Rio dos Índios, por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 0702 – FMS – RECURSO FEDERAL
 - 2026 – PROGRAMAS DE SAÚDE – RECURSO FEDERAL
- 0701 – FMS – RECURSO MUNICIPAL
 - 2025 – FMS-RECURSO MUNICIPAL – ASPS
 - 449052000000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 – Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário normal de expediente da Prefeitura, pelo Pregoeiro ou pela Comissão Permanente de Licitações, através dos telefones: (54) 3614-2004, 3614-2106, ou através do e-mail: administracao@riodosindios.rs.gov.br.

15.2 – Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados na Secretaria Municipal de Administração.

15.3 – Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

15.4 – Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e números de telefone.

15.5 – Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, autenticada por Servidor Municipal responsável pelo cadastro. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados no ato de sua habilitação.

15.6 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8. 666-93).

15.8 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nonoai/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da aquisição dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de dezembro de 2018.

Salmo Dias de Oliveira
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Fornecimento de um veículo novo, tipo furgão e a transformação deste em ambulância tipo A ao Município de Rio dos Índios, conforme as especificações a seguir:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA
01	01	UN	<p>Veículo novo, tipo furgão, fabricado no Brasil em 2018 ou 2019, modelo 2019, na cor branca de fábrica;</p> <p>Equipado com motor a diesel de no mínimo 04 cilindros em linha, com posição transversal anterior, potência mínima de 130 CV; Construído inteiramente em chapas de aço; com proteção de cárter; capacidade do tanque de combustível de no mínimo 80 litros.</p> <p>Caixa de câmbio de 05 marchas sincronizadas para a frente e 01 para a ré;</p> <p>Suspensão dianteira independente, com mola parabólica transversal; Amortecedores telescópicos de dupla ação; Estabilizador; Freio a disco nas quatro rodas;</p> <p>Tração dianteira; Comprimento entre eixos de 3,30 a 3,70 m; Pneus 215/75R16;</p> <p>Gerenciamento eletrônico; Direção hidráulica; Entrada USB para carregamento de dispositivos no painel; Desembaçador com ar quente; banco do motorista com ajuste ergonômico manual lombar e do assento em no mínimo 6 posições; Faróis de neblina; Alarme; Chave canivete com telecomando para a abertura das portas; Retrovisores externos elétricos; Tomada 12 V no vão de carga; Sensor de estacionamento; <i>Airbag</i> duplo; Vidros elétricos; Cintos de segurança dianteiros laterais retráteis com regulagem de altura e com pré-tensionador; Tacógrafo;</p> <p>Ar condicionado na cabine do motorista e no compartimento traseiro, com controle no painel, original de fábrica;</p> <p>Compartimento traseiro (de carga) com volume mínimo de 10 m³ e comprimento mínimo de 3,2 m; porta corrediça na lateral direita para acesso ao compartimento de carga; porta traseira dupla;</p> <p>além de todos os itens obrigatórios exigidos pela legislação vigente.</p>	R\$ 150.000,00



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

02	01	UN	<p>Transformação de veículo tipo furgão em AMBULÂNCIA DE REMOÇÃO BÁSICA TIPO A, de acordo com a NBR 14561 que trata das normas técnicas para a montagem de VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO E REMOÇÃO EM CARÁTER ELETIVO E RESGARE DE PACIENTES.</p> <p>As paredes internas devem ter isolamento termo acústico, revestidas com material lavável, resistente ao processo de limpeza e desinfecção comuns às superfícies hospitalares. Revestimento interno do teto e laterais em chapas brancas de fibra de vidro inteiriças e sem emendas, laminadas em moldes já com o formato da parte interna da carroceria e com reforços laterais de perfis de aço com tratamento anticorrosivo. Vedação das junções das chapas do teto e laterais com cola poliuretânica de uso da indústria automotiva, própria para tal finalidade. Instalação de bateria auxiliar de 150 Ah, ligada a todos os aparelhos suplementares, com inversor de potência 1.000 W ligado ao alternador do veículo e com no mínimo duas tomada de 12 V;</p> <p>O assoalho deve ser revestido em manta vinílica, com película de poliuretano ultra resistente, monolítico (antibactericida), para resistir a tráfego intenso, com espessura de 2 mm, atendendo as normas de flambabilidade, antiescorregadio, com resistência solar, resistência química e térmica. O material do revestimento do assoalho deve cobrir toda a área. Sobre o piso deve ser instalado assoalho em madeira compensada naval, com aproximadamente 10 mm de espessura, ou outro material de resistência e durabilidade igual ou superior;</p> <p>As janelas laterais devem ser de correr, com estrutura lateral em alumínio, janelas em vidro temperado e película opaca permitindo a visibilidade. Deve possuir janela de comunicação entre a cabine do motorista e o salão da ambulância, instalada na divisória original do veículo;</p> <p>Maca retrátil com dois anos de garantia, confeccionada em estrutura duralumínio encaixado e fixado por punhos e sistema automático antiqueda, em conformidade com a norma ABNT/NBR</p>	R\$ 30.000,00
----	----	----	---	-------------------------



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

		<p>14561:2000, operação com no máximo duas pessoas, peso máximo de 34 kg, capacidade de suportar 180 kg. A maca deve dispor de cintos de segurança com sistema de engate rápido (mesmo modelo dos cintos das poltronas), para segurança do paciente, com sistema de 4 pontas. Sistema de cabeceira móvel com posições reguláveis de 0° a 90° , base montada sobre 4 rodas de borracha de 5", sendo duas com freios. Colchão da maca em espuma com densidade 33, revestido com tecido sintético, sem costuras, impermeável e lavável com resistência à utilização de produtos químicos, grade (estrado) em alumínio, registrado na ANVISA;</p> <p>Poltrona para socorrista do tipo anatômica presa sobre dois pés fixos, no salão de atendimento, próximo à cabeceira da maca. Deve possuir cinto de segurança de três pontas (a empresa deverá apresentar Laudo Técnico de Ensaio da poltrona do socorrista e sintoma de segurança, emitida por laboratório credenciado pelo INMETRO, em nome da empresa que fará a transformação). Apoio da cabeça e costas anatômico, com proteção para recuo da cabeça. Acento e encosto em espuma injetada, densidade mínima de 45 kgf/m³, revestido em courvin automotivo super resistente e impermeável. Assento da altura do paciente, de modo que a fixação permita a mobilidade das pernas do socorrista entre a cabeceira da maca e a poltrona;</p> <p>Equipamento de comunicação do tipo veicular, instalado no painel do veículo e com antena externa de comunicação;</p> <p>Armário aéreo instalado na parte superior da lateral esquerda (lado do motorista), confeccionado em compensado naval, revestido externa e internamente em fórmica branca, estruturado com perfil de alumínio extrusado, de canto boleado, com portas corredeiras de acrílico, perfil plástico para correr o acrílico na cor branca. Armário com comprimento máximo de 1,2 m, com altura e profundidade de 30 cm;</p> <p>Banco lateral escamoteável tipo baú, confeccionado em madeira de compensado naval, estruturado com</p>	
--	--	--	--



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

		<p>perfil em alumínio extrusado de canto boleado, revestido em fórmica texturizada externa e internamente (não deve ser aglomerado ou MDF na construção), com comprimento de no mínimo 1,2 m. Assento inteiriço (sobre a tampa escamoteável do baú) e encosto lateral confeccionados em espuma injetada, com revestimento em courvin de alta resistência, sendo que a espuma deve possuir espessura máxima de 50 mm e densidade mínima de 30 kgf/m³. A tampa deste banco deve possuir dobradiças e molas para sustentar aberta, um em cada lateral;</p> <p>Suporte para cilindro de oxigênio de 3,5 m³, confeccionado em tubos de aço e pintura anticorrosiva, com cintas reguláveis e mecanismo resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamento, preso à carroceria do veículo através de parafusos e no reforço estrutural a ser instalado na carroceria;</p> <p>Corrimão em alumínio polido e punhos em plástico injetado, ponteira de fechamento arredondadas, de alta resistência, instalado na parte central do teto do veículo;</p> <p>Suporte para soro confeccionado em alumínio, instalado no corrimão, com regulagem de posição e cintas com velcro para fixação dos frascos;</p> <p>Sinalização acústica e luminosa de emergência, com sinalizador do tipo barra linear, com módulos injetados em policarbonato na cor vermelha e lente inteiriça com comprimento mínimo de 1 m, largura mínima de 25 cm e altura entre 07 e 11 cm, instalado no teto e cabine do veículo. Estrutura de barra em ABS reforçado com alumínio extrusado, ou em alumínio extrusado na cor prata. Cúpula resistente a impactos e à descoloração, com tratamento UV. Conjunto luminoso composto por diodos emissores de luz (led) na cor vermelha, de alta frequência de intermitência de emissão luminosa (mínimo de 240 flashes por minuto). Equipamento com sistema de gerenciamento de carga automático, que gerencia a carga da bateria enquanto o veículo não estiver ligado, desligando automaticamente o sinalizador se necessário. Sinalizador acústico com</p>	
--	--	--	--



Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

		<p>amplificador de potência de no mínimo 100 W RMS @ 13,8 Vcc. Sinalizador com laudo de que atende as normas SAEJ575, com resistência contra vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, bem como homologação da fabricante dos equipamentos de sinalização para a empresa que fará a instalação no veículo e com garantia válida após a instalação;</p> <p>Iluminação interna com a disponibilização de pelo menos duas luminárias embutidas no teto, com base estampada em alumínio, lâmpadas de LED, com no mínimo 50 led's, distribuída de forma a iluminar todo o compartimento do salão de atendimentos;</p> <p>Ar condicionado, dispondo de caixa evaporadora no ambiente traseiro, resistente a impactos e vibrações, cuja caixa deve comportar um núcleo de refrigeração dimensionado para demanda da temperatura exigida, deve ter potência de no mínimo 30.000 BTU's (no salão de atendimentos);</p> <p>Grafismo externo, com faixas em ambas as laterais, com 20 cm de altura, na cor vermelha "AMBULÂNCIA" vazada, deve ter uma cruz da vida em azul de 55 cm de altura, com bordas de 2 cm em cinza. Deve possuir escrita do nome do Município com 11 cm de altura na cor preta. Na parte superior da escrita, faixa vermelha com 4 cm. Na traseira devem ser colocados, a cruz da vida em azul, com 55 cm de altura e uma faixa vermelha de 20 cm de altura. Na parte superior da lateral do veículo, iniciando de uma porta até o final da outra porta, deve possuir a inscrição "AMBULÂNCIA" vazada. Caso necessite alterar o local da inscrição, na parte inferior, sem precisar vazar. No capô frontal deverá ser colocado o letreiro "AMBULÂNCIA" no tamanho de 12 cm de altura, letra em recorte de forma espalhada, em vermelha, com curvatura de 5 cm para baixo, com uma faixa de 6 cm na extremidade inferior do capô, acompanhando a curvatura do mesmo e com uma cruz da vida em azul, com borda cinza de 1 cm, com 25 cm de altura, centralizado à escrita (AMBULÂNCIA) e a parte superior do capô (caso necessário, transferir a cruz da vida frontal para cima do para-brisa, com tamanho de 30 cm).</p>	
--	--	--	--



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

Importante:

- O período de garantia deve ser de no mínimo de 12 meses;
- A empresa interessada em cotar o item 01 deve apresentar, junto ao credenciamento, declaração de que a assistência técnica do veículo será executada pela própria empresa, em uma concessionária de veículos localizada no Estado do Rio Grande do Sul, com distância não superior a 100 km (cem quilômetros) da sede do município de Rio dos Índios;
- Não serão admitidas as propostas em que seu valor superar o estabelecido como valor de referência;
- O prazo para disponibilização do veículo será de 30 dias contados a partir da assinatura do contrato e para transformação em ambulância, será de 60 dias contados da data em que o veículo for disponibilizado, podendo, em ambos os itens, haver prorrogação por igual período, desde que devidamente justificado, havendo concordância entre as partes interessadas.

Rio dos Índios, em 18 de dezembro de 2018.

Vanderlei Adílio Antunes Pinto
Secretário Municipal da Saúde





Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO (MODELO)

(Nome da Empresa),,
CNPJ nº., sediada em
....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente
data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local), de de 20__.

NOME, IDENTIFICAÇÃO,
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO III

Declaração de Emprego de Menores de Idade.

(MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermediário de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, portadora da carteira de identidade nº. _____ e CPF nº. _____, declara para o fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

_____, de _____ de 20____.

NOME, IDENTIFICAÇÃO,
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018
ANEXO IV – MODELO DA PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CIDADE / UF:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA:

Item:	Especificação:	Valor total:

NOME, IDENTIFICAÇÃO,
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

A empresa, estabelecida na inscrita no CNPJ sob nº, por seu representante legal, abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Município de _____, em _____ de _____ de 20__.

NOME, IDENTIFICAÇÃO,
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO VI

CREDENCIAMENTO

(MODELO)

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____,
_____, sediada na _____, neste ato representada
pelo(a) Sr(a). _____, portador da cédula de identidade nº
_____, residente e domiciliado na _____,
inscrito no CPF sob nº _____, detentor de amplos poderes para
nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os
à _____, portador da cédula de identidade nº
_____, inscrito no CPF sob nº _____, com o fim
específico de representar a outorgante perante a Prefeitura de Rio dos Índios/RS, no
Pregão Presencial nº 026/2018, podendo assim retirar editais, propor seu
credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar
atas, contratos de prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles
atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, _____ de _____ de 20____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO VII

Declaração de Não Existência de Servidor Público no Quadro Societário (MODELO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermediário de seu representante legal o(a) Senhor(a) _____, CPF nº. _____, declara, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

_____, de _____ de 20____.

NOME, IDENTIFICAÇÃO,

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

ANEXO VIII - Minuta do Contrato

CONTRATO Nº _____

CONTRATO PARA AO MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS

Pelo presente instrumento de contrato, que fazem entre si o **MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 94.704.103/0001-86, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Salmo Dias de Oliveira**, brasileiro, casado, CPF nº, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa, representada pelo Sr., CPF nº, daqui em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, têm justo e contratado, entre si, de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Pelo presente instrumento, a CONTRATADA se compromete a ao Município de Rio dos Índios, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 026/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1 – O preço a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente ao objeto descrito na Cláusula Primeira será de R\$

CLÁUSULA 3 – FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será realizado em 04 parcelas, sendo entrada de 50%, pago até o décimo dia útil do mês subsequente ao da entrega do produto e o restante em parcelas iguais, em 30, 60 e 90 dias após o primeiro pagamento, mediante apresentação da nota fiscal contendo a descrição do produto fornecido.

3.2 – Para a efetivação do pagamento, a nota fiscal deverá conter a assinatura do Secretário Municipal responsável pelo recebimento do veículo.

3.3 – O pagamento será efetuado por depósito bancário, em conta indicada de titularidade da CONTRATADA, ficando as tarifas bancárias, se houver, por conta do fornecedor.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

CLÁUSULA 4 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - O presente contrato é válido pelo período de um ano, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA 5 - DO RECURSO FINANCEIRO

14. As despesas correrão a conta de recursos provenientes do Orçamento Geral da União e do Município de Rio dos Índios, por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 0702 – FMS – RECURSO FEDERAL
 - 2026 – PROGRAMAS DE SAÚDE – RECURSO FEDERAL
- 0701 – FMS – RECURSO MUNICIPAL
 - 2025 – FMS-RECURSO MUNICIPAL – ASPS
- 449052000000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA 6 – DOS ENCARGOS CONTRATUAIS

6.1 - A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas, os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

6.2 - A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA 7 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 8 – DA RESCISÃO

8.1 - Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2 – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

CLÁUSULA 9 – SANÇÕES E MULTAS

9.1 – Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, que poderão ser cumulativas, sem prejuízos das demais cominações aplicáveis, garantido o direito de ampla defesa:

a) Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

b) Multa: no caso de negligência e/ou reincidência de irregularidades, já advertidas, nos serviços, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do total do contrato.

c) Multa 2% (dois por cento) por dia de atraso na entrega, limitado este a 2 (dois) dias, após o qual será considerado inexecução contratual parcial;

d) Multa de 5 % (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, limitado a 5 (cinco) dias de atraso na entrega e/ou pelo descumprimento de cláusula deste Edital ou norma de legislação pertinente, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

e) Multa de 10 % (dez) no caso de inexecução total do contrato, resultante de período superior a 5 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto, ou não respeitar o prazo para substituição fixado pela Comissão de recebimento, conforme Item 10.3 destas Normas Gerais, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

9.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

9.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade e / ou inadimplência no fornecimento.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante integral (valor total) do contrato. As penalidades não serão executadas somente em caso de justificativa das negligências, apresentada no prazo de 01 (um) dia e devidamente aceitas pelo Município.

9.4 - As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízos das comunicações estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Rio dos Índios

CLÁUSULA 10 – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 – O presente contrato admite termos aditivos para eventuais alterações, respeitando a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos.

CLÁUSULA 11 – RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber.
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, sem que sejam obrigados a responder por ônus ou prejuízos resultantes.
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

11.3 - Considera-se rescindido, automaticamente, o contrato nas hipóteses de declaração de idoneidade e suspensão do direito de contratar prevista na cláusula 12.

CLÁUSULA 12 - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Será competente para dirimir controvérsias o Foro da Comarca de Nonoai – RS, não podendo ser indicado outro, por mais privilegiado que possa ser.

Este contrato é firmado em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas instrumentais na forma da legislação em vigor, para que surta seus jurídicos e reais efeitos.

Rio dos Índios, ____ de ____ de ____

MUNICÍPIO DE RIO DOS ÍNDIOS
Contratante

EMPRESA
Contratada

Testemunhas: